

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

[Faint handwritten notes and dates]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 53

Aos trinta dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e José Arménio Sequeira Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição do titular eleito e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, João Pedro Simões Dias, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Artur da Rosa Pires, Vítor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, João Gabriel Ferreira Santos, Diogo Manuel Soares Machado, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Lourenço Martins dos Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, José Maria Dias da Silva, João Ferreira da Peixinha, Álvaro Patrício do Bem, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Élio Manuel Delgado da Maia, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Joaquim dos Santos Abreu e Jorge Manuel do Nascimento, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra deu conhecimento de uma carta do Vogal Caetano Alves, enviada à Mesa desta Assembleia, informando que retoma o mandato a partir desta data, por terem cessado os motivos que o levaram à referida suspensão.

Finalmente deu também conhecimento de toda a correspondência chegada ao Gabinete de Apoio à Assembleia, informando que a mesma se encontra no dito gabinete, à disposição dos Srs. Deputados para consulta.

Imediatamente a seguir entrou-se na ordem de trabalhos:

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Élio Maia, Ernesto Barros e Filipe Neto Brandão.

**PONTO Nº 2 - CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA E
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVOS A 1995.**

**Deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia
Municipal de 29 de Março de 1996: - "CÂMARA MUNICIPAL - CONTA
DE GERÊNCIA RELATIVA AO ANO DE 1995: - Também, pelo Sr.**

Presidente foi apresentado o documento em epígrafe, o qual havia já sido distribuído por todos os membros do Executivo para análise.

Depois de uma breve troca de impressões e posto o documento à votação mereceu o mesmo aprovação com sete votos a favor e duas abstenções dos Vereadores do P.S., que apresentaram declaração de voto igual à anterior e cujo teor também a seguir se transcreve: - "Abstivemo-nos nas Contas e Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro porquanto as nossas previsões pessimistas para o Orçamento e Plano de Actividades para 1995 se vieram a concretizar. Como já tínhamos noção da evolução do ano de 1995 em relação à execução orçamental e do Plano tomámos já em devida altura, na votação do Plano de Actividades e Orçamento de 1996, uma posição menos expectante. O grau de concretização do investimento foi da ordem dos 46%, a taxa de execução orçamental é pouco superior a 60%, houve um numeroso conjunto de acções que não se concretizou. Por último não queremos deixar de referir o esforço informativo do modelo de relatório apresentado, chamando contudo a atenção de que mais importante do que informar sobre dados genéricos dos serviços municipais é elaborar um verdadeiro instrumento de avaliação e análise do trabalho realizado e dos seus impactos. O Relatório deve também analisar o trabalho inscrito no Plano e não realizado e quais os motivos que levaram a essa situação e suas consequências. Ora, nesse aspecto o actual modelo está ainda bem longe de ser esse instrumento de avaliação".

Deste modo, foi considerada quite a Conta de Gerência desta Câmara Municipal relativa ao ano de 1995, a qual apresenta um saldo do ano anterior, em dinheiro, de trinta e nove milhões novecentos e cinquenta e oito mil cento e quarenta e sete escudos e noventa centavos e, em documentos, de sete milhões quinhentos e oitenta e nove mil e cinquenta e nove escudos, o que dá um total de quarenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e sete mil duzentos e seis escudos e noventa centavos, uma receita de quatro biliões seiscentos e sessenta e dois milhões duzentos e onze mil seiscentos e noventa e um escudos e dez centavos, uma despesa de quatro biliões seiscentos e noventa e quatro milhões quinhentos e dois mil quinhentos e dezoito escudos, e um saldo para o ano seguinte, em dinheiro, de sete milhões seiscentos e sessenta e sete mil trezentos e vinte e um escudos, e em documentos, de sete milhões quinhentos e

setenta e um mil seicentos e oitenta e cinco escudos e cinquenta centavos o que perfaz um saldo total de quinze milhões duzentos e trinta e nove mil seis escudos e cinquenta centavos.

O presente documento vai ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal nos termos legais e remetido ao Tribunal de Contas, para julgamento."

Deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de 29 de Março de 1996: - "CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVO AO ANO DE 1995: - Em seguimento da deliberação tomada em 25 do corrente, foi feita a apresentação do documento em epígrafe, pelo Sr. Presidente, que fez uma longa explanação sobre o conteúdo do mesmo.

Seguiu-se uma intervenção do Sr. Vereador Dr. Nogueira de Lemos que elogiou o aumento de informação acrescida verificada neste Relatório, mas chamou a atenção para uma falta de quadros com as percentagens de desvios verificados entre o que foi planeado e o que foi efectivamente feito, o que permitiria uma leitura mais acessível desses desvios.

Posto à votação o Relatório de Actividades de 1995, mereceu o mesmo aprovação por sete votos a favor e duas abstenções dos Vereadores do P.S., que apresentaram a seguinte declaração de voto: - " Abstivemo-nos nas Contas e Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro porquanto as nossas previsões pessimistas para o Orçamento e Plano de Actividades para 1995 se vieram a concretizar. Como já tínhamos noção da evolução do ano de 1995 em relação à execução orçamental e do plano, tomámos já em devida altura, na votação do Plano de Actividades e Orçamento de 1996, uma posição menos expectante. O grau de concretização do investimento foi da ordem dos 46%, a taxa de execução orçamental é pouco superior a 60%, houve um numeroso conjunto de acções que não se concretizou. Por último não queremos deixar de referir o esforço informativo do modelo de relatório apresentado, chamando contudo a atenção de que mais importante do que informar sobre dados genéricos dos Serviços Municipais, é elaborar um verdadeiro instrumento de avaliação e análise do trabalho realizado e dos

seus impactos. O Relatório deve também analisar o trabalho inscrito no Plano e não realizado e quais os motivos que levaram a essa situação e suas consequências. Ora, nesse aspecto o actual modelo está ainda bem longe de ser esse instrumento de avaliação".

O documento ora aprovado vai ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do que dispõe a alínea c) do nº 2 do artº 39º do Decreto-Lei nº 100/84 de 29 de Março."

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação da proposta supra e prestar alguns esclarecimentos relativos à mesma. Ainda no uso da palavra disse que deixaria à consideração dos Srs. Deputados Municipais a colocação de questões que entenderem colocar, ficando assim ao dispôr da Assembleia para o eventual esclarecimento de algumas dúvidas que o documento distribuído possa suscitar.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Joaquim Abreu e Jorge Nascimento.

Aberta a discussão usou da palavra:

Vogal Raul Martins:

"Antes de entrar na essência do assunto da ordem de trabalhos que aqui nos trouxe quero, em primeiro lugar, cumprimentar e agradecer a todos aqueles que aqui têm, com o seu esforço e dedicação sempre incómodo e, tantas vezes, incompreendido, desenvolvido esforços em prol da dignificação do nosso município, mormente no referente à dignidade mínima que os documentos aqui apresentados, pelo executivo camarário de maioria CDS/PP, devem merecer.

De facto, grandes têm sido as críticas de todos aqueles que, como eu, se não conformam com documentos terceiro mundistas profundamente indignos do estatuto a que, por direito, Aveiro tem no contexto municipal do nosso País. Parece no entanto que essas críticas têm dado alguns frutos e a prova é que, embora muito longe da excelência merecida por um concelho capital de distrito, que tem pretensões a tornar-se um pólo dinamizador da região em que virá a estar inserido, o Relatório de Actividades que nos foi presente pelo Executivo Camarário, apresenta já, no meu entender, as condições mínimas para que foi originalmente

Alfonso
Paulo
João

pensado e concebido, tornando assim possível a esta Assembleia a apreciação política dos actos praticados pelo executivo camarário no ano anterior.

Quero assim agradecer, em meu nome e da bancada a que pertenço, a todos os membros desta Assembleia que, vezes sem conta, colaboraram connosco com as suas acções e até, muitas vezes, com os seus silêncios comprometidos, nesta cruzada pela excelência que, longe de estar terminada, dá agora os seus primeiros passos. Um agradecimento particular ao Prof. Rosa Pires líder da bancada do PPD/PSD que, pessoalmente, nos apoiou nesta missão em prol do concelho e nos incitou a não desistir, certo, na sua larga experiência e sabedoria que, mais tarde ou mais cedo, os frutos apareceriam.

Os frutos são ainda pequenos e, como todos os frutos pequenos não têm ainda vigor para resistir a qualquer geada negra que, eventualmente, venha a acontecer. Penso, no entanto, que as sementes germinaram e a nova árvore que surgiu mais não poderá ser arrancada por qualquer autocrata de pacotilha, daqueles que, por vezes, sorrateiramente se enquistam no nosso quotidiano.

Passemos então à apreciação genérica do documento.

Em primeiro lugar para dizer que o Relatório de Actividades do ano de 1995 mais não é do que um dos documentos que releva a falta de uma estratégia concreta e coerente para a cidade e para o concelho de Aveiro. Instalado no poder há quase duas décadas o CDS/PP nunca definiu uma estratégia, nunca identificou acções e projectos chave que concretizassem esse rumo, tendo-se limitado, num absurdo uso autocrático e medíocre do poder, a gerir o dia a dia, olhando apenas para o ciclo eleitoral, longe dos legítimos anseios da população que pretende potenciar Aveiro num quadro de competitividade crescente entre pólos de atracção, melhorando a qualidade de vida das suas gentes e capacitando o concelho para um crescimento sustentado, aproveitando as suas capacidades endógenas, algumas das quais são únicas e, por desatenção, esmorecem.

Quando não há, nem se deseja, estratégia, voga-se sem rumo ao sabor da conjuntura, ao sabor dos interesses mesquinhos, longe dos interesses gerais. Quando aqueles que ocupam lugares de liderança se julgam únicos e predestinados deixam de prestar atenção à corrente ascendente de informação, autocratizam-se e, conseqüentemente,

mergulham na mediocridade. Exemplos vivos do princípio de Peter rodeiam-se da incompetência e da incompreensão que lhes unta a barriga e lhes envaidece os seus devaneios de pequenos sobas locais. E do alto da sua autoconstruída pequena torre de marfim julgam-se detentores da verdade.

Se hoje, num contexto de regionalização, Aveiro parece estar arredado da luta pelo lugar cimeiro da região a que pertence, isso deve-se também à actuação do CDS/PP que não teve competência, capacidade nem coragem para em quase duas décadas de exercício do poder, projectar o concelho e a cidade para o lugar que, realmente, merece.

E não vale escudarmo-nos nas maléficas medidas administrativas dos governos PPD/PSD que nos foram sangrando em favor de Coimbra. Se realmente Aveiro fosse uma cidade onde valesse a pena viver as ilegítimas medidas administrativas de transferência de competências e poderes que Aveiro sofreu, nunca teriam vingado.

Isto tudo para enquadrar a actividade do actual executivo de maioria CDS/PP em que o Presidente acaba por ser fruto dos circunstancialismos em que a sua liderança foi gerada. De alguma forma, reconheço, mais não é do que uma das vítimas da trama que tem subjogado e continua a subjugar a cidade e o concelho e que, ele próprio, ajudou a tecer.

De facto muito se prometeu e pouco se fez durante o ano de 1995. Propôs-se, e foi por esta Assembleia aprovada, a execução de actividades no valor de quase 7 milhões de contos e não se conseguiu atingir os 4 milhões e meio de contos.

Não quero com isto dizer que não reconheço uma grande melhoria qualitativa na actuação e principalmente postura do Prof. Celso Santos quando comparadas com o anterior Presidente. Afirmo sim que não se conseguiu libertar totalmente, se calhar inconscientemente, de vícios do passado, de uma certa forma de fazer política e de gerir o município, limitando a sua acção à gestão circunstancial da herança. O meu prognóstico futuro da sua actuação, de acordo com o Plano de Actividades e Orçamento aqui apresentados e aprovados para o ano de 1996, não é muito encorajador e suscita-me muitas reservas. Oxalá o Sr. Presidente tenha ainda possibilidade de arrepiar caminho, oxalá tenha ainda tempo e vontade de lançar as bases do Aveiro da próxima década e de alterar o

caminho que vem a trilhar. Se o não fizer arrisca-se a ver o seu nome inscrito numa pequena nota no rodapé ou no apêndice no grande livro, que o há-de ser, da história do nosso Concelho.

De facto considero ridícula e sorrir-me-ia se a não achasse trágica, uma tal falta de eficácia na gestão orçamental do município. Foram quase 2 milhões e meio de contos de actividades que deixaram de ser realizadas (e quanta falta essas acções fazem ao concelho) e não fosse a utilização de parte do saldo da gerência anterior não se verificaria sequer equilíbrio orçamental.

Nada de verdadeiramente estruturante se fez e mesmo das grandes obras previstas verificamos apenas e com um atraso lamentável a inauguração da famigerada Ponte de Pau e seus acessos que ainda há pouco tempo em resposta a pergunta minha foi dito não ultrapassar o orçamentado em mais de 30 000 contos o que perfaria menos de 330 000 contos e da qual afinal já foram pagos em 1995 mais de 366 mil contos, não se sabendo quanto mais há para gastar e pagar.

Ridícula é também a explicação que parte da falta de verbas se deve à não alienação das lojas do Mercado de Santiago cujo início de construção remonta aos idos de 1992. Esperemos, sinceramente, que não sejam precisos mais 4 anos para que a obra, finalmente, possa ser inaugurada com a pompa e circunstância habituais. De qualquer forma cheira-me que irá ser inaugurada lá para perto das eleições autárquicas. Mas talvez me engane e a postura do Prof. Celso Santos se diferencie, pela positiva, das actuações passadas e de triste memória como à guiza de exemplo aquela que destruiu os, ainda não reconstruídos, muros dos canais da cidade.

Sr. Presidente, já vai longo o meu tempo e eu não gostaria de abusar da paciência de todos vós. Gostaria no entanto de, nesta apreciação generalista, focar ainda dois aspectos que me parecem merecedores da maior atenção.

A curva de Gauss da estrutura por grupos profissionais dos meios humanos ao serviço da Câmara Municipal apresenta uma nitida distorção que faz ressaltar, imediatamente, uma das fragilidades da estrutura. Falta pessoal técnico e é urgente que se abram concursos públicos para poderem ser admitidos os técnicos necessários. Se o quadro actual os não comporta promovam-se as medidas necessárias à sua

revisão. Que esses concursos sejam devidamente enformados e, sobretudo, altamente publicitados requerendo desde já que no trimestre anterior à abertura de concursos eles sejam publicitados nesta Assembleia Municipal. Uma atenção também especial para o absentismo provocado por acidentes de trabalho que quase triplicou de 1994 para 1995. Estou certo que o executivo compreenderá que a prevenção é profundamente compensadora neste domínio e dê passos concretos nesse sentido.

Uma palavra final para tecer alguns comentários relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia chamando especial atenção para as transferências subordinadas ao título diversos que não apresentam, nitidamente, características de equidade. São flagrantes os casos de Eirol e Requeixo que, a meu ver, foram altamente prejudicadas na distribuição, principalmente se se tiver em atenção que são pequenas freguesias rurais com imensas carências ainda por resolver. Caso assaz interessante é ainda a análise das transferências para as duas freguesias da cidade. A freguesia da Glória cujo Presidente como todos sabemos é do CDS/PP, além do FEF respectivo de 5.511 contos recebeu mais 14.290 contos de diversos. A freguesia da Vera-Cruz, cujo Presidente é do PS, partindo de um valor de FEF de 9072 contos o que significa mais área e população recebeu 3.393 contos. Paraphraseando um spot publicitário muito em voga pergunto: será do arroz?"

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais,

É verdade que, de há vinte anos para cá o CDS/PP tem maioria neste executivo e nessa medida tem predominado na gestão dos interesses locais. Devo dizer sem falso orgulho que ainda bem. Diz-se muitas vezes, penso que sem sustentação factual, pelo que já vou a seguir desenvolver, que o CDS/PP não tem tido a estratégia e tem feito a gestão do dia a dia. Contesto o mais veementemente essa afirmação, ter gestão estratégica para mim, não é ter documentos balofos onde se façam proclamações daquilo que se tenciona executar e não se executa, mas ter uma estratégia é, isso sim, fazer crescer Aveiro como Aveiro cresceu em vinte anos. Meus Srs. Aveiro há vinte anos não tinha uma saída que não fosse cruzando o caminho de ferro, hoje tem várias saídas sem ter caminho de ferro; Aveiro há vinte anos circunscrevia-se à Avenida Dr. Lourenço Peixinho, à zona da Beira-Mar, hoje expandiu-se em

urbanizações, Bairro do Liceu, Forca Vouga, Barrocas, desenvolveu o Rossio, Urbanização da Calouste Gulbenkian e outras muitas obras que por aí foram feitas. Aveiro tem um escoamento viário e um acesso viário que pede meças a qualquer cidade de província, isso faz-se não à custa da gestão do dia a dia seguramente, mas faz-se isso sim, à custa de uma estratégia pensada e executada e não seguramente a uma estratégia balofa de papel e de proclamações, que isso para mim não vale nada, nem para os munícipes, isso é que é importante dizer. Indício de que Aveiro tem sido bem governado e tem reconhecido o aplauso e tem o reconhecimento dado em aplauso pelos munícipes, é que reiteradamente o CDS/PP vem recebendo nos sufrágios esse apoio, por aí, isso sim se verifica e não por proclamações balofas e de papel. Penso que chegará para demonstrar que afinal não é uma gestão do dia, mas uma gestão verdadeiramente estratégica.

Abordando o aspecto formal do relatório, não há dúvida nenhuma que tivemos uma melhoria substancial na apresentação e que este documento como muito bem já foi salientado pelo brilhante orador que me antecedeu, este documento permite-nos hoje mais do que outrora, avaliar descritivamente aquilo que se fez e mais do que isso, comparar aquilo que foi planeado com o executado. Tem o meu aplauso este executivo por este trabalho formal.

O ano de 95, creio ter sido para esta Câmara, algo naturalmente convulso, derivando isso da saída de um Presidente, um Presidente que marcou esta cidade, e a sucessão de outro Presidente que da mesma forma tem marcado esta cidade; mas, a mudança de um Presidente, havia de naturalmente trazer alguma convulsão, mas felizmente para nós também, não veio trazer nada disso, a sucessão fez-se com naturalidade e o ano passado inaugurou-se a polémica, mas a meu ver benéfica obra da Ponte de Pau, inaugurou-se o Centro Cultural e de Congressos, reparou-se o eixo estruturante, adjudicou-se a obra do Cojo, tudo coisas que marcam um desenvolvimento de uma cidade e têm a ver realmente com uma estratégia, portanto a meu ver, está de parabéns este executivo.

Neste momento entraram na sala os Vogais Virgínia da Silva Veiga e Francisco Braga.

Vogal Artur da Rosa Pires:

Assassinato
Paul
Dea

"Procurando centrar-me nas minhas críticas a este documento, que espero construtivas, primeiro eu acho que temos que ver este documento como instrumento de gestão, são dois tipos de argumentos que eu quero apresentar, este primeiro, já o tenho várias vezes referido e um segundo que talvez não tenha referido tanto: o primeiro tem a ver com este documento como instrumento de gestão e, eu acho que há quatro aspectos de que ele deverá tornar-se útil para a gestão; o primeiro tem a ver com a previsão de receitas, nós temos que perceber o que é que falhou ou não falhou na nossa previsão de receitas e depois temos que perceber em que medida é que a acção do município foi afectada por essa previsão, e temos que ver de seguida que repercussões é que teve em termos de qualidade de vida o facto do município não ter efectuado as suas actividades como tinha previsto, esta é uma primeira linha creio eu, de apoio à gestão, eu tenho que ser capaz de fazer esta análise: o que é que falhou? o que é que eu deixei de fazer? que repercussões teve para a qualidade de vida? julgo que não está muito claro esse aprofundamento.

Segundo ponto onde eu julgo que pode ser útil, eu tenho que ver a capacidade de realização dos serviços, e essa é aquela que mais frequentemente é tomada, isto é, se eu não fiz tudo, porque é que eu não o fiz? o que é que eu devo fazer no município para que os serviços sejam mais operativos?

Terceiro aspecto: a eficácia das acções, as acções que eu tinha previsto foram ou não foram capazes de ter os impactos esperados? porque as acções não valem por elas próprias, as acções valem por aquilo que eu antecipo que sejam os seus impactos na qualidade de vida e portanto eu tenho que ir para além dos números, saber se aquilo que eu fiz de facto resolveu ou não o problema e em que medida o resolveu e, se não resolveu não vou continuar a investir dinheiro daquela maneira, tem que ser de outra, é isto que é o apoio à gestão.

Quarto aspecto não menos importante: eu tenho que fazer uma análise se de facto eu abordei as grandes questões e não deixei de lado questões também elas essenciais, e mais, se no decorrer do ano apareceram outras que foram importantes, e eu tive flexibilidade suficiente ou não para as atacar? porque se eu tiver um Plano de Actividades que não tenha esta capacidade é óbvio que a minha gestão não é a mais

Handwritten signatures: Celso Santos, Prof. Celso Santos, J. J. J. J.


adequada, este instrumento tem que servir para isso, e não é uma estratégia balofa como foi dito. Eu tenho que procurar saber como é que construo um programa de actividades que incorporem certezas que qualquer Plano de Actividades tem em termos de disponibilidade financeira, eu tenho que incorporar incerteza sem que isso afecte significativamente a capacidade do município ou da gestão do município para melhorar a qualidade de vida; segundo, eu tenho que agir na Câmara para tornar os serviços mais operativos continuamente, inclusivamente segundo ouvi dizer há pouco tempo, está-se a fazer uma reorganização dos serviços, bom, teríamos aqui um bom motivo de reflexão; terceiro, eu tenho que preocupar-me com o facto das acções que eu desencadeio serem ou não serem capazes de resolverem os problemas, não interessa fazer muitas acções se elas não resolvem os problemas ou se não resolvem os problemas essenciais, eu tenho que ter a certeza quando eu estou a pôr esforço é onde estão os problemas essenciais; quarto, eu tenho que ter a certeza que o município tem instrumentos que permitem responder às grandes questões que surgem por mais inesperadas que sejam, muito simplesmente, eu tenho que ter a certeza que a nossa gestão municipal é capaz de apreender as grandes questões que se colocam ao município, capaz de as ler, depois que é capaz de desenhar formas concretas de as abordar e depois que é capaz de pôr essas formas concretas em acção, que é capaz de operacionalizar, e é isto que se pede ao poder político, e este instrumento devia servir para isso e de facto não serve, não é um instrumento de apoio à gestão.

Vou votar contra este Plano não para ser contra o Prof. Celso Santos, mas a favor de um novo tipo de Plano, um novo tipo de Relatório que reproduza um novo modelo de gestão, já aqui disse que há modelos de gestão que depois têm uma tradução na prática e que por vezes este elo entre o modelo de gestão e a prática quotidiana designadamente de preparação de relatórios e de planos se perde, eu acho que temos que ir para outro modelo de gestão e o outro modelo de gestão tem que ter outra prática e acho que é a última oportunidade que nós temos, desta Assembleia Municipal de pedir ao Prof. Celso Santos, porque este tipo de relatório que estou a sugerir que seja feito não pode ser feito nos últimos quinze dias do mês de Abril ou de Março, é um relatório que tem que ser começado a preparar desde o princípio do ano, tem um conjunto de

reflexões que obriga a uma atenção desde o princípio do ano e portanto ou pedimos agora para o próximo relatório e último vir diferente ou não vale a pena pedir; digo mais, gostava que esta Assembleia Municipal toda ela votasse contra o Plano, não contra o Prof. Celso Santos, que eu julgo que tem condições para fazer esse trabalho embora os problemas sejam muitos, mas porque eu gostava que esta Assembleia Municipal deixasse uma herança duradoura e material, que era deixar para as próximas que entre um novo modelo de fazer relatório, que tenha a ver com as grandes questões da cidade que obrigue os Deputados a discutir as grandes questões do município que suscite a discussão no público lá fora sobre as grandes questões da cidade e que faça surgir ideias de como resolver os problemas e de facto levar Aveiro a ser grande e a ser maior do que é hoje."

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, começando pelo fim, digo que pessoalmente não fico nada preocupado com a última declaração antecipada de voto e, de certa forma, até fico satisfeito que haja votos contra porque estes votos contra significam posturas diferentes, e a postura que nós subscrevemos é a postura que tem merecido o apoio dos aveirenses, não é a postura dos teóricos... não é a postura de quem numa intervenção confundiu planos com relatórios... não é a postura que apela à reflexão... não é a postura que incita ao diálogo, mas que, (como diz o Dr. Jorge Nascimento) é vã, é ôca, é vazia, são palavras. Não é a postura que quando se submeteu a votos os aveirenses responderam-lhes... . A postura que nós subscrevemos e sufragamos, é a postura que faz o Viaduto... que podia ser melhor, é evidente que podia ser melhor, é a postura que vai rasgar a Avenida Central, talvez pudesse ser um bocadinho melhor, é a postura que, como diz o Dr. Jorge Nascimento, eliminou as passagens férreas da cidade de Aveiro, é a postura que está a construir Aveiro do século XXI, essa é aquela que nós queremos e que nós gostamos e que os Aveirenses têm apoiado. Não me preocupa nada e pelo contrário, eu digo-lhe mais Sr. Presidente da Câmara, ficava extremamente preocupado se quem se submeteu a votos em nome de ideias tão diferentes daquelas a que V. Ex^a se submeteu integrado numa equipa, votasse o seu relatório, porque aí, significava que eventualmente V. Ex^a se tinha afastado do rumo que os


aveirenses lhe indicaram. Devo dizer que encaro estes dois documentos com uma grande descontracção não tenho minimamente problema por uma razão muito simples, é que estes documentos reflectem o passado, reflectem um ano que acabou e o passado daqui a um ano os eleitores vão julgá-lo, melhor que os teóricos, melhor do que as locubrações mentais, vamos confiar no eleitorado e se o eleitorado der razão a quem nos crítica, acreditai que seremos os primeiros a dizer que errámos, que estava mal, outros virão, outros terão oprotunidade de fazer melhor; até que o eleitorado o diga, permitam-nos no mínimo que acreditemos que estamos no bom caminho. Portanto, isto relativamente a esta última intervenção que penso que não afecta grandemente e que nem deve afectar grandemente a postura do executivo o facto do destino destes documentos na Assembleia. É evidente que se se tratasse de um Plano de Actividades era diferente porque condicionava uma tarefa, um rumo, é evidente que se se tratasse de um Orçamento era diferente, mas, agora saber se o que se fez está ou não no relatório, se se fez mais ou menos do que aquilo que se disse e como aqui já muito bem foi aventado, não deixa de ser curioso que por vezes se venha aqui dizer que a Câmara foi pouco ambiciosa e depois se venha dizer precisamente o contrário do que se afirmou uns tempos antes, mas que, portanto, relativamente a estes documentos eu devo dizer que não me penaliza muito e creio que não penaliza grandemente, o destino que a Assembleia em consciência lhes possa vir a dar.

Quanto ao documento em si, é evidente que do nosso ponto de vista retrata aquilo que foi o último ano de mandato, o ano de 1995.

Repetindo alguma afirmação que algumas vezes aqui já tenho feito, posso apenas dizer que nós nos revemos no documento porque acreditamos que o documento retrata a obra feita e, nessa medida associamo-nos ao executivo, a todo o executivo, aos Vereadores do PP e de todos os partidos, porque sabemos que a generalidade das decisões e das grandes decisões têm sido tomadas por unanimidade envolvendo todos os Vereadores de todos os partidos e gostava de associar-me porque pensamos que é devido uma palavra a todos os funcionários que permitiram no fundo a execução deste ano, deste mandato.

Relativamente à intervenção do Sr. Dr. Raul Martins, ela suscita-me apenas um comentário, em minha modestíssima opinião, creio que hoje o Sr. Dr. Raul Martins deu o tiro de partida para a campanha

eleitoral para as próximas eleições autárquicas e, eu só faço votos que o Sr. Dr. Raul Martins que nesta fase talvez tenha muita necessidade de falar para dentro do seu próprio partido, eu só faço votos que uma vez mais à semelhança da coragem que aqui demonstra, tenha a coragem de se submeter a votos dos eleitores, tenha a coragem de apresentar as suas ideias aos eleitores, porque eu estou certo que Aveiro e os aveirenses não deixarão de lhe responder e não deixarão seguramente de pautar as suas ideias e de as premiar nas urnas, tenho disso plena confiança, dar-lhe-ão o valor que elas merecem.

Houve todavia uma referência muito breve que eu não queria deixar passar, o Sr. Dr. Raul Martins receou que o Sr. Presidente da Câmara, que o nome do Sr. Presidente da Câmara, nem sequer viesse a ser inscrito como nota de rodapé na história do concelho de Aveiro. Posso apenas dizer-lhe, que é minha convicção e é nossa convicção que, naquela bancada ninguém corre para que o seu nome esteja inscrito, ainda que seja em nota de rodapé, na história do concelho de Aveiro, é minha profunda convicção, e essa minha convicção é tão maior quanto me tranquiliza o facto, a garantia de saber, que se o nome daqueles que denodadamente servem a cidade de Aveiro não vier a ser inscrito ainda que numa simples nota de rodapé na história do nosso município, graças a Deus, seguramente outros, nem no índice analítico lá figurarão."

Vogal Fernando Tavares Marques:

"O Dr. Raul Martins, estabeleceu um confronto entre as freguesias da Glória e Vera-Cruz, na realidade há uma diferença de verbas, mas o Sr. sabe que são freguesias bem diferentes e também sabe concerteza que a Freguesia da Vera-Cruz recebe somente o dobro em receitas do FEF, do que recebe a Freguesia da Glória.

A Freguesia da Glória tem uma intervenção directa e perfeita, nos quatro edifícios escolares, num total de vinte e cinco salas de aula; deixou de haver a solicitação dos Srs. Professores directamente à Câmara Municipal, não há carências pontuais nas Escolas Primárias, nós temos uma intervenção directa e pontual em vários recintos desportivos na área da Freguesia da Glória; recuperamos muito dos passeios degradados na área da freguesia; temos a nosso cargo a manutenção de vários espaços verdes da Freguesia da Glória; em Vilar tem-se feito o alinhamento dos muros e conseqüente alargamento das estradas; apoio a várias instituições

em Santiago que movimentam centenas e centenas de crianças e jovens durante o ano. Isto só para dizer que de facto há uma série de intervenções directas da Junta de Freguesia, que obviamente não tendo receitas como têm os colegas da Vera-Cruz, receitas que não investem, naturalmente que a Câmara estará muitas vezes sensibilizada para dar de facto algum apoio.

Por último, em relação ao Relatório de Actividades da Câmara, queria congratular-me pela intervenção que a Câmara está a ter na área social, em Santiago, ou seja, no acompanhamento às famílias que de facto denotam uma grande carência de meios de subsistência."

Vogal Raul Martins:

"Eu louvo todos os Presidentes de Junta que querem o melhor para a sua freguesia; o Sr. far-me-á a bondade de reconhecer que eu falei de algumas Juntas que obviamente no meu entender têm sido pouco apoiadas e que não são do PS; eu falei nas Juntas de Freguesia de Eirol e Requeixo, que considero altamente marginalizadas e elas não são do PS, e reconheço o valor por quererem mais dinheiro, se calhar o dobro do dinheiro ainda era pouco para aquilo que era preciso realizar na sua Freguesia; mas também quero aqui dizer nesta câmara e particularmente ao Sr. Fernando, de quem sou amigo, dizer uma coisa: tive o cuidado antes de fazer esta afirmação, de ir verificar as transferências nos últimos cinco anos e, de alguma forma, e isso é inconstestável em termos de números, a Freguesia da Glória nos últimos cinco anos, e este é um dos últimos cinco anos, tem sido privilegiada pelas razões obviamente mais legítimas, mas que eu considero que têm algo de eleitoral e partidário, a Freguesia da Glória tem sido efectivamente privilegiada relativamente a outras freguesias, poder-me-á responder: "mas é que nós temos uma Junta de Freguesia que consome dinheiros, valores, que custa muito a manter as instalações da Junta de Freguesia" eu reconheço-o, mas se é óbvio que a existência de um determinado edifício prejudica a Freguesia porque absorve uma quantidade de verbas que poderiam ser aplicadas noutras coisas, só há uma solução... eu penso que essa solução é óbvia..."

Vogal Manuel António Coimbra:

"Relativamente ao relatório actividades, é óbvio que há uma tentativa de melhorar este relatório de actividades, e isso realmente acontece, e isto mostra que o município está neste momento a querer

ordenar aquilo que não conseguiu fazer ao longo de vinte anos, e isso está patente, porque só agora é que aparecem os planos, e este relatório de actividades, mostra que a Câmara parou para pensar, e isto realmente, acontece o parar para pensar quando a casa precisa de ser arrumada, o que quer dizer que houve desenvolvimentos do concelho de Aveiro, como houve desenvolvimentos de todos os concelhos do nosso País e se calhar Aveiro podia-se é ter desenvolvido mais do que aqueles que se desenvolveram melhor, e isso é que é se calhar questionável, principalmente a nível de ordenamento, e é por isso que nós ouvimos o Arqtº Bruno Soares, quando falou connosco tecer algumas críticas ao ordenamento desta cidade e às potencialidades que não foram aproveitadas, mas isso é outra discussão que poderemos depois na altura própria fazer. Mas isso está patente neste relatório de actividades, o que quer dizer então que há realmente uma tentativa de agora alinharmos por uma gestão planeada do município com a participação de todos os intervenientes e isso é bastante importante, o que quer dizer que mais uma vez, grandes questões foram adiadas, o que se calhar nem é assim tão mau, mais vale que as questões sejam adiadas para se fazerem bem, para que os teóricos digam o que é que pensam, para depois aqueles que são mais virados para a prática poderem actuar.

Em relação a este relatório, considero que por vezes tem alguma informação que torna difícil a leitura, no sentido em que tem alguns aspectos de pormenor que permitem perder o fio à meada do relatório, principalmente as representações gráficas que penso que são bonitas, que ficam bem no texto, não vem trazer mais informação relevante àquilo que já nos dizem as tabelas, de maneira que, trazer uma coisa e trazer a outra, torna-se redundante, e por isso se calhar podia-se reduzir substancialmente o número de folhas deste relatório. De maneira que me parece que há que incentivar esta Câmara pelo trabalho meritório que fez e pelo facto de ter ouvido as sugestões que têm vindo desta Assembleia Municipal e este relatório apresentar um esforço de melhoria e que façamos votos para que continuem a ouvir esta Assembleia Municipal, principalmente que continuem a ouvir o Prof. Rosa Pires e o Dr. Raul Martins, para que estes relatórios de actividades possam cada vez mais ser melhorados."

Vogal António Salavessa:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, estive quase para não intervir neste ponto da ordem de trabalhos, para não contribuir para o prolongamento desnecessário desta sessão da Assembleia; há pouco tempo, discutimos aqui durante muitas horas os relatórios da auditoria à Câmara Municipal de Aveiro, e nesse relatório entre as várias irregularidades que estavam incluídas, estava o facto da Assembleia Municipal não ter aprovado no prazo devido o Relatório e as Contas referentes a um ano anterior; ora, essa irregularidade estamos nós a ter hoje, actualmente, a sessão de Abril não começou em Abril, estamos no final de Maio e ainda não temos o Relatório e as Contas aprovadas, é evidente, conforme repeti várias vezes, a irregularidade que está no relatório não era imputável à Assembleia Municipal, era da responsabilidade da Câmara; agora, esta em que estamos agora, é possível ou não ser imputada à Assembleia Municipal? eu penso que em parte é, quando a falha de convocação é da Mesa da Assembleia, tem responsabilidade, quando há uma falta de quórum, de que os membros faltosos têm responsabilidade. Portanto, entendo que não deveríamos em nome do prestígio deste órgão prolongar ou criar situações que fossem negativas, este é o meu pensamento em relação a esta questão.

Entretanto o desenvolver dos trabalhos e as intervenções que foram produzidas provocaram em mim a necessidade de apresentar duas reflexões: a primeira, é de que, se os documentos ou se os problemas que os documentos suscitam tiverem determinada gravidade, uma pessoa não pode ficar apenas por esta questão no geral, tem que se pronunciar no concreto sobre a matéria que está em discussão. A intervenção que queria proferir é que considero, aliás já tive oportunidade de proferir esta afirmação em anos anteriores, considero que esta discussão do Plano de Actividades tem uma importância relativa, em relação por exemplo: esta discussão do Relatório, em relação ao Plano de Actividades tem uma importância completamente diferente. Portanto, eu compreenderia e estaria de acordo com o tipo de intervenção do Dr. Rosa Pires, em relação ao Plano de Actividades, acho que é excessiva em relação ao Relatório, neste momento e nas circunstâncias em que estamos a discutir. É evidente que trata-se de um Relatório de uma actividade passada, sobre a qual já lá vão quase cinco meses, já passaram cinco meses, tem uma importância relativa, é uma necessidade formal do ponto de vista da lei, portanto não é

de facto estar a planear o futuro, é estar a descorrer sobre o passado. É evidente que o Dr. Rosa Pires e a população de Aveiro principalmente, podem contar com esse rigor da CDU e do PCP em particular, na próxima discussão do Plano de Actividades, principalmente se, na altura já estiver aprovado o Plano estratégico da cidade, Plano estratégico que é obrigatório que esteja reflectido no Plano de Actividades.

A segunda reflexão é esta: penso que deveria haver ponderação por parte da bancada do PP e de alguns dos seus elementos em particular àcerca da forma como são produzidas intervenções, porque, sinceramente, o tipo de intervenção que foi proferida por um elemento da bancada do PP, por acaso até nem é muito frequente estar nesta Assembleia, penso que seja dos mais faltosos, é que, pelo estilo das intervenções que aqui produz dá vontade de votar contra, dá vontade de votar contra..., pela maneira acintosa, provocatória com que profere as suas intervenções."

Vogal Rosa Pires:

"Creio que foi falado aqui que algumas pessoas estão pouco preocupadas com o destino destes documentos..., porventura será verdade, mas julgo que as pessoas deviam estar interessadas nas razões que levam outras a assumir determinadas posições, uma coisa será o voto final, outra será as razões porque esse voto tem lugar.

Eu disse que as decisões podem ser melhor ou pior preparadas, e se forem melhor preparadas provavelmente as acções que se lhe seguem serão melhores, e isto é acompanhado de algo que todos nós sabemos, que é: nós estamos sempre a aprender, mas para nós aprendermos temos que estar atentos àquilo que fazemos para aprender com isso, e o que eu digo é: temos que estar atentos, olhar para o passado, saber o que fizemos e retirar daí as ilacções.

A outra ideia que eu defendi e que também julgo que é senso comum, é muito simples, é assim: quem quiser governar sózinho fragiliza Aveiro, e portanto temos que ter mais gente a discutir as grandes questões que se colocam ao município.

Não se pense que não se fazendo isto não há riscos, há riscos, há erros que se cometem que são irreversíveis, há erros que se cometem que só são reversíveis a muito custo. O Plano Estratégico, as pessoas dizem: "a zona de centro junto à Fábrica Jerónimo Campos, é

estratégica para a cidade", mas mexer nessa zona vai custar muito à autarquia, porque se somaram compromissos e hoje é muito difícil, mas somaram-se compromissos, se se resolver isso, vai custar muito à cidade, isto é senso comum, há riscos que podem ser muito graves.

Segunda questão para terminar: enfim, alguém que procurou levar esta discussão ao nível das equipas, da equipa "A", da equipa "B", da equipa "C" e, obviamente isto proporciona um alinhar de votos. Essa pessoa de facto não se preocupou em dizer porque é que este documento desta maneira é melhor para Aveiro, não houve uma única palavra que visse escrito: "desta maneira é melhor para Aveiro", nada, não houve a mínima preocupação, qual foi a ideia transmitida? a ideia que são inúteis, não liguem! foi isto que foi transmitido Sr. Presidente...

Ora bem, eu julgo que um estilo de governação nestes termos é prejudicial para Aveiro, e era isso que eu gostava que esta Assembleia dissesse, repito: o meu voto não é um voto contra o Prof. Celso, por quem tenho muita estima e por quem tenho tido posições que eu tenho elogiado publicamente; é um voto a favor de um outro tipo de documento, porque eu sinto que Aveiro precisa dele e, é nesse sentido que eu gostava que as pessoas reflectissem, não sei se têm a possibilidade de votar ou não? mas é preciso um outro documento que ajude a gerir melhor Aveiro."

Vogal Jorge Nascimento:

"Só queria aqui focar algumas ideias que me parecem importantes: foi acabada de expôr brilhantemente como sempre, pelo Sr. Prof. Rosa Pires, diz ele que: "quem quer governar sózinho fragiliza Aveiro", devo dizer-lhe que estou em absoluto acordo; o meu colega Pedro Dias não quis excluir a audição das oposições, nada disso, o que quis dizer foi o seguinte: é que nós também temos a nossa opinião que naturalmente enriquecemos com as oposições; eu gosto muito de concretizar, não gosto de proferir conclusões sem as alicerçar, é uma coisa que me custa bastante e, alicerço já esta conclusão que não tem tido expressão nesta Assembleia, em exemplos comezinhos, esta situação ilustra-se: quantas vezes aqui o PP quer constituir Comissões e quantas vezes não tem tido a oposição, sob o pretexto de que depois não há capacidade de zurzimento, eu pergunto: esta Assembleia está para se bater pelos interesses de Aveiro, enriquecendo com a troca de opiniões o que sai dos documentos ou para esperar que um Executivo que por acaso tem o nosso apoio, faça

de motu próprio e só com as suas ideias não enriquecidas pelos outros, os documentos, para depois ser zurzido, é esta a questão que fica... e esta é uma questão pertinente quando se pretendem constituir Comissões, portanto eu concordo em absoluto.

A segunda ideia, o documento é importante e ninguém lhe tirou a importância, mas este documento vale pelo que vale, e o que é que ele vale? este documento é a apresentação do que a Câmara fez para ser julgada politicamente por esta Assembleia; eu pasmo e pasmo sinceramente, quando aqui se diz: "eu não voto este documento porque afinal veio aqui um Deputado menos ilustre, com arrogância" eu não posso aceitar isso... quem fixa a arrogância do Deputado? agora se o documento vale pelas actividades, porque se vota aqui, eu sublinho, não são papéis: o que se vota aqui é o que consta de substantivo do documento e o que consta de substantivo do documento é a obra que lá está exarada e representada, portanto quem vota contra o documento tem que dizer: "eu não concordo com o que a Câmara fez" não pode dizer nunca, sob pena de desrespeitar esta Assembleia e, eu nisto quero ser grave, só por causa de vir aqui um arrogantezinho que tem a sua opinião e tem direito de a ter e de ser criticado, dizer-se: "eu não voto este documento porque aquele indivíduo foi arrogante" não posso admitir isso, sob pena de me considerar desrespeitado como membro desta Assembleia.

Entretanto saíram da sala os Vogais Filipe Brandão, Nuno Tavares e Vitor Mangerão.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, depois de tecer várias considerações sobre alguns pontos focados nas diversas intervenções, disse também que lhe custa aceitar ter sido dito aqui neste órgão "que a Câmara falta ao respeito pela Assembleia Municipal", salientando que a Câmara nunca faltou ao respeito à Assembleia Municipal no seu todo, nem a qualquer um dos seus membros.

Referindo-se ao facto de se ter dito que a Câmara tem um comportamento de não respeito pelas opiniões, pela colaboração, enfim pela boa vontade que a oposição demonstra, disse que desde que é Presidente desta Câmara tem sempre tentado abeirar-se de todos os membros da Assembleia e de todos os Vereadores, procurando sempre a informação e a participação.

Prosseguindo, disse que gostaria de lembrar também que as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, não são feitas unicamente por subsídios às Juntas e, há de facto momentaneamente, neste caso por anos, uma disparidade grande em subsídios em relação a determinadas Juntas, todavia referiu que isso depende fundamentalmente do dinamismo dessas Juntas e das obras que fazem em termos de contrato programa com a Câmara Municipal.

A finalizar, disse que a Câmara irá fazer um esforço para que o próximo relatório seja melhor, já que esse é o desejo do executivo, pretendendo-se acima de tudo trazer aqui a este órgão, com franqueza, tudo aquilo que na realidade se fez.

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVO A 1995**, tendo o mesmo merecido aprovação por dezassete votos a favor, sendo quinze votos do PP e dois votos do PSD; três votos contra do PSD e dez abstenções, sendo sete do PS, duas do PSD e uma da CDU.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu também à votação da Assembleia a **CONTA DE GERÊNCIA, relativa a 1995**, tendo a mesma merecido aprovação por dezassete votos a favor, sendo quinze votos do PP e dois do PSD e treze abstenções, sendo sete do PS, uma da CDU e cinco do PSD.

PONTO Nº 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1995

Deliberação da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 1 de Abril de 1996: - "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS/1995: - Em seguimento da distribuição efectuada na reunião de 29 de Março, findo, o Sr. Vereador Vitor Silva submeteu à aprovação o documento em epígrafe.

Depois de uma breve e sucinta explanação sobre o respectivo conteúdo e esclarecidas que foram algumas questões levantadas, foi

Handwritten signature

deliberado aprovar o documento em causa, com seis votos a favor e duas abstenções dos Vereadores do PS, Srs. Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio que apresentaram a seguinte declaração de voto: " A nossa abstenção traduz, quanto às contas, uma posição crítica pelo facto dos SMAS não terem formalizado uma proposta que permitisse uma correcta arrumação e, conseqüente clarificação, das contas da EDP. Na nossa opinião uma só entidade, CMA ou SMA, deveriam registar nas suas contas tão controversas dívidas, de modo a permitir uma cabal leitura de tão complexa questão, que urge clarificar e encerrar. Pelo facto dos SMAS serem os titulares da concessão da distribuição da electricidade em baixa e portanto os credores das rendas, deveriam as contas dos serviços reflectir aquelas operações. Pensamos, ainda, que os serviços deveriam ter pugnado pela transferência, por parte da CMA, das verbas retidas do FEF que foram entregues à EDP, que envolveriam uma diminuição de igual montante no passivo dos SMA. Em relação às actividades desenvolvidas não queremos, por um lado deixar de referir o esforço informativo expresso no relatório; por outro não podemos deixar de assinalar as falhas na concretização de acções de saneamento e a confirmação da perda de utentes do STUA o que, num concelho em crescente urbanização significa que algo está mal e que os serviços deverão repensar a adequação dos serviços que prestam, sob pena de passarem a ser apenas transportes escolares, sem efeito positivo ao nível da mobilidade dos que vivem e trabalham em Aveiro".

Também pelos Vereadores do PPD/PSD, Srs. João dos Santos e Sr. Tenente Coronel Albuquerque Pinto, foi apresentada a declaração de voto do seguinte teor: "Considerando que quer em termos políticos, quer em termos contabilísticos, a dívida à EDP criou, pela forma como foi tratada pelos anteriores executivos Camarários, e mesmo anteriores Administrações dos Serviços, situações de profunda falta de transparência, houve quer por parte da actual Administração dos Serviços, quer pelo Executivo Camarário, o cuidado de efectuar exaustivas pesquisas no sentido de esclarecer situações que, à partida, se revelam pouco transparentes e com grande dificuldade de serem esclarecidas. A incompatibilidade dos sistemas de contabilidade da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, contribuíram para agravar tal situação. Discutidas exaustivamente as formas técnicas de contabilização proposta

pele Revisor Oficial de Contas, leva-nos a concluir que a forma seguida é legal e a única possível no presente momento. Por outro lado, considerando as reduções concedidas pela EDP ao total do débito, a forma por esta proposta para liquidação dos respectivos saldos, leva-nos a concluir que o erro criado acabou por resultar para o Município em termos de matérias num prejuízo mínimo. Não deixam no entanto, os Vereadores do PSD de reafirmar que, ultrapassados os prejuízos materiais e inscritos os valores nas contas Camarárias, subsistem os prejuízos políticos, já que as práticas utilizadas vieram ano após ano, em consequência da sua sonegação, a favorecer a força política que em sucessivos anos vem a dominar o Município Aveirense, e que se conclui apoiado em *enganos* do tipo do presente. Não podem também deixar de louvar, actual Administração dos Serviços e dos seus colaboradores, pelo empenho e interesse demonstrado, nos levantamentos efectuados e pesquisa de elementos, que contribuíram para esclarecimento de uma situação, considerada inicialmente impossível ou quase impossível de se vir a aclarar".

O documento ora aprovado vai ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais."

Feita a apresentação da proposta supra pelo Vereador Vitor Silva e aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Raul Martins:

Vogal Raul Martins:

"Em primeiro lugar gostaria de dizer que o Conselho de Administração dos SMA é constituído por pessoas que pessoalmente admiro e que fico particularmente sensibilizado quando pessoas como o Sr. Dr. Henrique Mendonça vêm junto de mim e me afirmam que as críticas e sugestões aqui anteriormente feitas de muto tem servido para sanar, resolver e precaver problemas na gestão dos SMA.

Oxalá seja sempre esse o espírito do Conselho de Administração e as observações aqui feitas sirvam para a melhoria dos serviços que todos pagamos. Mas se a oposição tem cumprido e cumpre o seu dever é mister que o poder também cumpra o seu.

Algumas críticas e observações ao relatório de gestão e contas do ano de 1995.

A primeira observação refere-se ao custo do documento que nos foi entregue. De facto o relatório é pouco sintético esquece o essencial e valoriza aspectos perfeitamente dispensáveis. A introdução da cor alegra os documentos mas, como todos sabemos, faz disparar os custos e, portanto, deve ser utilizada com parcimónia e apenas quando a sua introdução traga melhorias à compreensão do documento.

Nota-se, no entanto, o seu uso intempestivo o que me suscita a primeira pergunta:

Pode o Conselho de Administração informar os munícipes e utentes dos SMA que pagam estes desperdícios quanto custaram os documentos distribuídos? A verba é, no meu entender, de tal monta que, estou certo, não haverá resposta. Faço, no entanto, votos para que no futuro se corrija esta situação.

E se o relatório de gestão é, aparentemente, muito extensivo no tipo de informação que pretende dar, na realidade, nada de verdadeiramente importante nos trás no domínio do conhecimento das opções que foram tomadas.

Faltam, por exemplo, (e volto este ano a frisar este aspecto porque o considero de extrema importância) os resultados analíticos de exploração. A implantação de um sistema de contabilidade analítica e a publicitação dos resultados, que permita a análise dos custos e rendimentos por sector de actividade é fundamental para que se possa julgar politicamente as opções tomadas. Mas se é fundamental para os membros desta Assembleia, mais fundamental é para a gestão dos serviços e, particularmente, para a análise dos preços praticados que, tanto quanto sei, são decididos aleatoriamente e não contém senão os fundamentos resultantes do livre arbítrio de quem manda. Como todos sabemos e sentimos na pele todos os dias os preços dos bens e serviços fornecidos pelos SMA influem directamente na vida quotidiana dos cidadãos e podem criar ou agravar injustiças sociais que é fundamental evitar. Quando esse sistema fôr criado estou certo que serão feitos vastos ajustamentos nos preços, diminuindo eventualmente uns e aumentando outros no sentido de uma maior justiça social.

Quanto aos objectivos não cumpridos é, na maior parte dos casos, indicado que não se realizaram devido a dificuldades financeiras inesperadas creio eu pois aquando da apresentação e aprovação do Plano

de Actividades nada previa que houvesse dificuldades financeiras pois existia total cobertura para os encargos resultantes das acções previstas. Gostaria de saber quais foram essas imprevistas dificuldades num ano que aparentemente, correu tão bem porque senão ficaremos todos com a ideia que afinal aquilo que se propunham fazer era só para enganar esta Assembleia para que ela aprovasse o que nos apresentaram.

Particular atenção merece o mapa da actividade oficial inscrito na página 75 em que se indica o tempo gasto na estação de serviços que indica que nos veículos camarários foram gastos em 1995 450 horas e nas viaturas particulares dos funcionários 723 horas. Desta forma verifica-se que cerca de 62% do tempo não foi utilizado no fim último para que existem os serviços. Afinal este documento é o relatório da gestão dos S.Municipalizados de Aveiro ou dos Serviços Mecânicos de Aveiro? E gostaria aqui de perguntar ao Conselho de Administração dos S.M. se sabe (e espero que sim) por que preço são facturados esses serviços no caso de o serem, como são facturados, se indicam ou não IVA e quanto rendeu este serviço em 1995. E já agora uma última pergunta sobre este caso. É legal que os SMA explorem este tipo de prestação de serviços?

Uma referência especial às 23 424 horas de trabalho extraordinário realizadas em 1995 das quais 2 453 ao nível do pessoal administrativo. O Conselho de Administração considera que na actual conjuntura de emprego esta é uma política correcta?

No referente às contas apresentadas é total o meu espanto.

Tendo previsto para 1995 um prejuízo de 180.750 contos os SMA presenteiam-nos com documentos que indicam um lucro de 67.094 contos e isto num passe de mágica e sem qualquer informação elucidativa. De facto, não fora a observação contida no relatório dos Revisores Oficiais de Contas ficaríamos totalmente às escuras no referente a esta não explicada diferença de quase 250.000 contos entre o previsto e o executado.

Não contexto a pertinência da medida (ou habilidade) contabilística que faz alterar, de forma tão profunda os resultados. Gostaria no entanto de ouvir da boca do Sr. Presidente do Conselho de Administração o porquê de tão insólita e imprevista situação. E já agora

gostaria também de saber a situação actual da famigerada dívida à EDP que no passado aqui nos foi dito dever estar, a esta altura, resolvida.

Gostaria também de saber porque é que não foi reduzido o capital social de acordo com a sugestão dos Revisores Oficiais de Contas nas reservas que ficaram registadas da dívida, esta redução seria igual à dívida que a Câmara Municipal tem aos Serviços, dívida de cobrança improvável e no montante de 46.286 contos.

Não gostaria de me alargar, no entanto muito haveria a dizer sobre este relatório de gestão e contas. Não posso, no entanto deixar de fazer uma observação aos auto intitulados indicadores de gestão inscritos nas páginas 109 e 110. É um triste arremedo de uma árvore de rácios que deixaria passar em claro não fosse o Fundo de Maneio estar mal calculado e os indicadores de liquidez conterem observações que fariam corar de vergonha qualquer aluno destas matérias e que nos deixam ficar mal a todos pois tenho medo que alguém algum dia os veja e fique com a impressão de que em Aveiro somos todos ignorantes.

A parte final do documento é, no entanto, a mais interessante. É um verdadeiro requiem pelas contas apresentadas.

Como havíamos já aqui previsto no ano passado a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas apresentou e exarou reservas às contas no referente ao imobilizado, respectivas amortizações e contingências fiscais associadas bem como à tal dívida da CMA no montante de 46 286 contos, isto é, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, entidade independente e competente para avaliar as contas não certifica 1.236.981 contos num montante global de 1.526.502 contos do valor total dos activos. Isto é não certifica 81% do valor dos activos dos SMA.

Esta situação é inconcebível e é da culpa exclusiva do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Aveiro a quem aqui foi repetidamente sugerido no passado o processo que não quis seguir de, definitivamente, resolver o continuado imbróglio das contas dos SMA. E no futuro iremos ter o mesmo problema porque, de facto, a solução é só uma e se se continuar a insistir na não resolução do problema da forma aqui apresentada no passado, por mim sugerida no passado, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas mais não poderá fazer do que não certificar os valores activos dos SMA no futuro.

Tiveram as contas dos SMA a benevolência de uma abstenção no passado na expectativa de que fosse arrepiado caminho. Qual vai ser hoje a nossa posição relativamente a umas contas às quais uma entidade independente e competente para o efeito não quis, porque obviamente não podia, avalizar com o selo da sua certificação senão em 19%."

Vogal Rosa Pires:

"Só uma breve referência, até porque não quero tirar a atenção das palavras do Dr. Raul Martins e das respostas que se seguirão, para dizer que em relação ao conteúdo de orientações, aplica-se a este relatório aquilo que eu disse em relação ao relatório de actividades da Câmara Municipal; há obviamente melhorias, transparência nos números, mas não há qualquer análise dos grandes problemas, das grandes questões, e portanto tenho em relação a ele exactamente a mesma opinião que tenho em relação ao relatório de actividades do Município.

Vogal Pedro Dias:

"Muito rapidamente Sr. Presidente, para dizer que da parte da bancada do PP vamos aguardar com muita expectativa as respostas a dúvidas que consideramos pertinentes e que foram formuladas pelo Sr. Deputado, Raul Martins, a quem eu nesta matéria obviamente concedo o privilégio que é devido de, tecnicamente estar mais bem habilitado do que a generalidade dos membros desta Assembleia, por mim falo, para discutir estas questões, mas, obviamente que foram levantadas questões que consideramos pertinentes e naturalmente que vamos ficar a aguardar a resposta às dúvidas que foram colocadas."

Vereador Vitor Silva:

"Pelo esforço que foi feito pelo Serviços Municipalizados não contava ainda com estas críticas, e nomeadamente na parte das contas e, se virmos na pág. 149, a opinião dos técnicos diz o seguinte: "Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação enunciada no parágrafo 6 e excepto quanto aos efeitos da situação citada no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos Serviços Municipalizados de Aveiro, em 31 de

Dezembro de 1995 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, para este tipo de Entidade."

Relativamente às contas com a EDP, disse que as mesmas já foram acertadas no ano corrente.

Quanto aos quarenta e seis mil oitocentos e tal contos, disse que é uma dívida da Câmara Municipal aos Serviços Municipalizados, de serviços prestados, nomeadamente de redes de águas feitas à Câmara, entre outros serviços, e que é contabilizado, mas em que o dinheiro não é recebido, é um serviço prestado em que a Câmara não paga.

Disse também que foi seguido com algum cuidado as recomendações dos Revisores Oficiais de Contas e que foi acertada a tal dívida à EDP, e que agora se vão acertar todas as outras contas.

Há também outra questão sobre esta matéria, que agora ao acertar as contas e como o património é dos Serviços, mas o suporte jurídico é a Câmara Municipal, tem que haver uma deliberação de Câmara no sentido de que a dívida que havia da Câmara aos Serviços Municipalizados, passasse para a Câmara Municipal.

Seguidamente o Sr. Vereador Vitor Silva disse ter algumas dificuldades em dominar esta matéria do ponto de vista técnico, pelo que pediu à Assembleia se não via inconveniente em que o Sr. Dr. Cunha desse alguns esclarecimentos sobre o assunto.

Nada tendo a opôr a Assembleia, usou da palavra o referido técnico que prestou os esclarecimentos relativos às questões que foram levantadas.

Entretanto saíram da sala os Vogais Virgínia Veiga, João Barbosa e Martins de Carvalho.

Seguiu-se um longo diálogo sobre a matéria em apreço, mas que, por qualquer avaria técnica a qualidade da gravação ficou adulterada não permitindo a transcrição desses diálogos.

Terminados esses diálogos e não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia Municipal o *RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1995 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO*, tendo o mesmo merecido aprovação por dezasseis votos a favor, sendo catorze votos do PP e dois

votos do PSD; sete votos contra, sendo cinco votos do PS e dois votos do PSD e quatro abstenções, sendo três do PSD e uma da CDU.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - *"Abstive-me e não aprovei este documento pelas razões expressas no ponto seis, do Relatório dos Revisores de Contas."*

Terminados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Era 00,01 Hora do dia 31.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

Three handwritten signatures in blue ink are present. The top signature is the most prominent and appears to be 'Ruy Luís'. Below it is a second signature, and at the bottom is a third, smaller signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 52

ACTA EM MINUTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aos trinta dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária do mês de Abril da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

2 - CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVOS A 1995;

O Relatório de Actividades de 1995 foi

APROVADO POR MAIORIA DE *17* VOTOS A FAVOR, *3* VOTOS CONTRA E *10* ABSTENÇÕES.

As Contas de Gerência de 1995 foram aprovadas por 17 votos a favor e 13 abstenções.

3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1995;

APROVADO POR MAIORIA DE *16* VOTOS A FAVOR, *7* VOTOS CONTRA E *4* ABSTENÇÕES.

[Handwritten signatures]